

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR.

RESUMO

O artigo tem como objetivo descrever a gestão democrática na construção coletiva do projeto político pedagógico no planejamento e avaliação escolar, como requisito do curso de Pós-graduação Lato Sensu-Gestão Escolar. Inicialmente apresentar alguns elementos básicos para a elaboração e gestão democrática do projeto político-pedagógico no planejamento e avaliação escolar.

Palavras chave: Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico-PPP. Gestão. Avaliação.

THE DEMOCRATIC MANAGEMENT OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT IN SCHOOL PLANNING AND EVALUATION.

ABSTRACT

The article aims to describe the democratic management in the collective construction of the political pedagogical project in school planning and evaluation, as a requirement of the Postgraduate course Lato Sensu-School Management. Initially present some basic elements for the elaboration and democratic management of the political-pedagogical project in the school planning and evaluation.

Key words: Democratic Management. Political-Pedagogical Project-PPP. Evaluation. Management.

¹Pedagoga, Especialista em Educação, Psicopedagoga, Gestora Escolar.
marineslemes@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo, resumir alguns tópicos básicos para a elaboração e gestão democrática do projeto político-pedagógico no planejamento e avaliação escolar. Para a elaboração de um projeto político pedagógico e a gestão democrática no planejamento escolar, devemos ter um processo com objetivos claros e linhas de ação alcançáveis, a fim de torná-lo viável.

Entretanto, não esquecendo que temos que relacionar os interesses profissionais da educação, somados à comunidade escolar, visando uma transformação social. Ter instrumentos de avaliação permanentes em seu acompanhamento é essencial, uma vez que deve ser analisado por todos que dá sua construção coletiva participaram.

A Educação Nacional ao longo da história precisa ser analisada de como estrutura dos sistemas de ensino foi modificada a fim de compreender os limites e as possibilidades existentes na forma como está constituída atualmente, em dois níveis educação básica e educação superior. A educação básica divide-se em três etapas educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sendo que cada um destes níveis possui características específicas e, para compreendê-las, é fundamental o conhecimento acerca dos dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9.394 de 1996.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR.

2.1.GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

A gestão democrática escolar decorre do próprio sentido é a própria razão de ser da escola- é da educação escolar especificidade, no trabalho de garantir educação básica de qualidade a todos os cidadãos, não se realiza sem que haja um trabalho compartilhado, uma gestão democrática. A construção de uma gestão democrática e participativa é a condição *sine qua non* para qualidade social, cultural, ética, política, estética, administrativa e financeira no interior de uma instituição educativa.

Uma administração participativa, assim entendida, será politicamente efetiva e culturalmente relevante na medida em que ela afetar o poder de decisão nos vários aspectos e níveis que tem relação com a formulação política, a organização escolar, o conteúdo e o método de trabalho na sala de aula, na Escola, no município, no Estado, no Governo Federal e na iniciativa privada, confessional ou produtiva...Se assim não for a escola e a universidade, correrão o risco da mistificação e da falácia da participação aparente ou da pseudoparticipação que se reduz, na prática, aos aspectos de natureza tática e comportamental, desprovidos de perspectiva histórica e conteúdo cultural e político.(SANDER,1984,p.149-150).

Assim, de acordo com Cury (2002, p.165), conceituando gestão tem-se: [...] a geração de um novo modo de administrar uma realidade que é em si mesma democrática, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo.” O termo gestão está relacionado ao termo democracia.

Gestão na Educação destacamos três instâncias, que ocorrem de maneira integrada e concomitante, devendo funcionar harmonicamente e priorizar o processo de ensino-aprendizagem:

Gestão Administrativa/Financeira – administra a parte física, prédio, equipamentos, materiais; e a parte institucional, legislação escolar e atividades de secretaria. As especificidades estão descritas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

Gestão de Recursos Humanos/Gestão de Pessoal - envolve equipe escolar, estudantes e comunidade, e trabalha as formas de trabalho, relacionamento. Documento que orienta essa instância é o Regimento Escolar, que especifica os direitos, deveres e atribuições de pais, professores, estudantes, funcionários e direção.

Gestão Pedagógica – É a vertente mais importante da gestão. Gere a área educativa da educação escolar, elabora os conteúdos curriculares; estabelece objetivos e princípios para o ensino acompanha e avalia o rendimento das propostas pedagógicas, cumprimento de metas, desempenho dos alunos, do corpo docentes e da equipe escolar. A ações dessa instância são orientadas pelo Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O gestor deve ter claro o funcionamento e as especificidades de cada uma dessas instâncias, sabendo valorizar e orientar, discutindo as relações e, em conjunto, buscar formas de alcançar a melhoria da aprendizagem em sua escola. A escola é uma organização na qual são estabelecidas relações entre diferentes segmentos, é regida por um conjunto de leis, regras, normas e orientações. As instâncias colegiadas podem ser compostas por: Conselhos de Classe; Conselho Escolar; Grêmio Estudantil; Associação de Pais, professores e funcionários.

Segundo Dalben (2004), “o gestor em consonância com seus pares, como professores, pais, estudantes, pedagogos, funcionários e comunidade, deve se organizar de modo a explicitar diferença, clarear conflitos e articular ações”.

2.2- POLÍTICA E EDUCAÇÃO

As relações das políticas públicas com a educação, leis, programas, interferem no cotidiano das escolas.

De acordo com Freire (1995, p.10-11), “para que os seres humanos se movam no tempo o espaço no cumprimento de sua vocação, na realização de seu destino, obviamente não no sentido comum da palavra, como a que se está fadado, como sina inexorável, é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”.

O direito a educação é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração Mundial para a Educação para todos, é importante que seja garantido, tem que ser explicitado nas suas leis. Mesmo que as diferenças de ordem econômica e social que existem e vários países entre eles o Brasil.

De acordo com Cury (2002), Marshall propõe que a cidadania é composta de direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis se estabeleceram no século XVIII e vieram garantir a liberdade individual. Os direitos políticos se estabeleceram no século XIX e vieram para garantir a participação nos processos políticos que envolvem o poder. Já os direitos sociais aparecem no século XX, objetivando o bem-estar econômico, social e cultural, como garantias de viver de forma digna.

O direito a educação surge inserido no âmbito dos direitos sociais, em que o cidadão tem acesso aos bens culturais historicamente construídos, de acordo com Cury (1999, p.1), “o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação”.

A participação política é constituída pela participação e representação da maioria, a partir do exercício em escolas, partidos, comunidades de bairros etc., de acordo com as necessidades sociais. O importante é como as opiniões são construídas, e como as decisões são tomadas. Conseqüentemente o aumento da capacidade de participação política e de

organização da sociedade civil significa um aumento das bases democráticas. Mesmo que a população esteja mergulhada em um contexto de crescente desigualdade social, fragmentação e burocracia.

Políticas públicas são decisões e ações por um governo ou por um Estado, seja no campo social com vistas ao alcance de objetivos e realizações em comum, seja no campo social, econômico, educacional, de segurança, previdência, habitação, saneamento e saúde.

De acordo com Fernandes, as políticas públicas se manifestam em duas dimensões, a serem observadas a seguir:

[...] costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico e, assim, livre, portanto, do aspecto "político" propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Esta é uma verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas também possui uma dimensão política, uma vez que está relacionada ao processo decisório. (FERNANDES,2007, p.203).

2.3- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP

O projeto político pedagógico é o documento metodológico que direciona o fazer pedagógico, dando o rumo à ação intencional educativa, visando à transformação da realidade; é a identidade, o plano global da escola. Estabelece princípios, propostas de ação e diretrizes a fim organizar e sistematizar as atividades desenvolvidas no interior da escola e define as concepções de homem: conhecimento, mundo, educação, cidadania, cultura, ensino, aprendizagem e avaliação e que se pretende alcançar. O processo de construção do projeto político pedagógico deve ser permanente e resgatar a escola como um espaço de debate, diálogo e reflexão coletiva, na busca da autonomia escolar e da melhoria na qualidade do ensino.

Conforme Freitas (2004, p.69):

O projeto político pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da Escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma- sob o olhar atento do poder público.

Assim, descrito o projeto político pedagógico tem como atribuição deliberar questões administrativas, pedagógicas, financeiras, políticas, gerenciais e todas as ações que garantam as reais funções da escola. Se atribui também a representação de todas as diferentes instâncias que permeiam e margeiam a comunidade escolar local. Espaço de participação e decisão, no qual serão registradas as diretrizes das negociações e encaminhamentos educacionais discutidos coletivamente. Um documento que representa a democratização escolar em sua forma plena.

Segundo Gadotti (1994, p.33):

A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc.

Na construção do projeto político pedagógico-PPP, projeto da escola algumas questões necessitam ser observadas atentamente em relação aos sujeitos que se quer formar, aos conhecimentos que se quer ensinar, à sociedade que se quer para viver.

É fundamental que o documento descreva os princípios norteadores que estão contemplados na LDB nº 9394/96, no seu Art. 3º:

- I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;
- IX. garantia do padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extracurricular;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]

A gestão do projeto político pedagógico, é a questão da avaliação. Para retratar a sua importância, Luckesi diz a esse respeito:

A avaliação poderia ser compreendida como uma crítica de percurso de ação, seja ela curta, seja prolongada. Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões. [...] a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. (LUCKESI, 1998, p. 116-118).

A construção do projeto político pedagógico -PPP demanda princípios democráticos e socializadores. Um deles é o princípio de interdisciplinaridade, cujas concepções são: materialistas históricas, de diversidade, cidadãs, de pesquisa e das práxis, além das filosóficas, epistemológicas, antropológica, sociológicas, políticas e éticas. Outros princípios norteadores são os da integração, da igualdade, da qualidade, da liberdade e da valorização dos docentes.

2.4- PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR

2.4.1- Planejamento

Planejar e avaliar são processos utilizados em nossas atividades diárias e que estão diretamente ligados entre si. É instrumento essencial para o professor quanto para o gestor, pois nos mostra a direção a seguir, estabelecendo metas, diretrizes e prioridades o que proporciona uma visão estratégica da escola.

Planejamento estratégico, o planejamento de uma instituição escolar compõe-se de vários níveis distintos, adaptáveis aos fins a que ele se propõe.

Ele pode ser subdividido em três tipos diferentes: estratégico, tático e operacional. Segundo Oliveira (2010), esses níveis ficariam assim distribuídos na pirâmide organizacional.

- 1 - Nível estratégico.
- 2 - Nível tático.
- 3 - Nível operacional.

No primeiro nível, o estratégico, a instituição escolar procura quais fins e metodologias deve escolher e estabelecer, para se por na direção mais apropriada nos tempos seguintes, levando em conta a interação com fatores externos, tais como: governo, concorrentes, famílias, mercado de trabalho, entre outros. O planejamento estratégico é da competência do alto escalão da instituição escolar. No segundo nível, o tático, a instituição escolar escolhe uma de suas áreas funcionais a receber apoio especial, por ser parte de seu planejamento estratégico. A área financeira, o corpo docente e técnico, o corpo discente, o mercado de trabalho, as famílias e a organização da instituição podem ser alvo de mudança, investimento e melhoria, em consonância com o planejamento estratégico (Oliveira, 2010). No terceiro nível, o operacional, a instituição escolar produz documentos escritos que servirão de suporte e norte para o planejamento estratégico e tático estabelecido. Nesse momento, são previstos os recursos necessários para alcançar as metas propostas. Do mesmo modo, são os procedimentos básicos a serem adotados, tais como, os resultados esperados ao final, os prazos combinados e os responsáveis pelo acompanhamento das etapas que comporão as realizações da instituição. Traçado o rumo maior, resultado de uma escolha consciente da instituição escolar, uma agenda de longo prazo é estabelecida, a qual absorverá toda a atenção e esforço dispendido no tempo presente e futuro. Esse compromisso institucional mobiliza os potenciais da organização como um todo para alcançar os fins propostos, contando com os recursos disponíveis. O planejamento estratégico tem um alcance longitudinal na instituição escolar, o que implica em abandonar mudanças recorrentes, como aquelas que são resultado de alternância política. De não menor importância, a priorização de alguma área interna para investimento e apoio é decisiva, sabendo que ela deve ser estratégica para a consecução das metas maiores estabelecidas. Por exemplo, se o investimento maior for colocado na formação continuada do corpo docente, para melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações acadêmicas estabelecidas pelo governo federal, a instituição escolar deverá fazer adaptações em vários setores internos. O calendário, os recursos humanos, financeiros e pedagógicos estarão implicados de maneira especial.

De acordo com Libâneo (1991, p.223), as funções do planejamento são:

- Explicitar diretrizes e procedimentos do trabalho docente;
- Expressar vínculos entre posicionamento filosófico, político-pedagógico, profissional e as ações afetivas;
- Assegurar racionalização, organização e coordenação do trabalho;

- Prever objetivos, conteúdos e métodos;
- Assegurar unidade e coerência;
- Atualizar ações;
- Facilitar a preparação da ação.

O planejamento é um instrumento orientador das atividades educacionais como um todo. Libâneo (1991) aponta os principais requisitos para planejamento:

- Objetivos e tarefas da escola democrática- em um primeiro momento é importante estabelecer onde se quer chegar, que direção a instituição educativa pretende tomar, que indivíduos quer formar e para qual sociedade. A escola deve propiciar uma educação com qualidade para todos os estudantes, assegurando a construção com qualidade para os estudantes, assegurando a construção do conhecimento de forma crítica e consciente, além de envolver a comunidade educativa como um todo nas decisões e ações da instituição.
- Exigências de planos e programas oficiais – O poder público tem inúmeras responsabilidades com a educação, entre elas podemos citar o provimento de recursos financeiros e materiais, a elaboração de programas oficiais que refletem uma base comum, que deve ser seguida em todo país. Ou seja, são diretrizes gerais utilizadas como referenciais para construção do plano das instituições e de professores que convertem aqueles, realizando um paralelo com a realidade, exigências e especificidades locais;
- Condições prévias dos estudantes para aprendizagem- Conhecer os estudantes, suas experiências, conhecimentos, condições de rendimento, habilidades, problemas e a realidade em que estão inseridos são tarefas essenciais para o professor e a escola. Essas são situações que devem basear o fazer pedagógico para o trabalho da instituição e do professor.
- Princípios e condições do processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos- Observar em quais condições a escola está inserida, o que precisa e pode melhorar, que ferramentas dispõem para o desenvolvimento do trabalho, qual é o papel de cada um, são situações que devem ser observadas na construção e no desenvolvimento de um planejamento.

2.4.2 Avaliação

A avaliação é um ato de extrema importância com a finalidade de reorganizar processos internos das instituições de ensino. Por meio da avaliação a escola pode refletir de seus resultados educacionais, observando questões como rendimento, frequência dos estudantes, metodologias utilizadas e satisfação da comunidade.

A avaliação da instituição deve estar comprometida com a apropriação do conhecimento pelo estudante, com o processo de ensino-aprendizagem, clareando os problemas, redimensionando os entraves e melhorando a qualidade do ensino.

De acordo com Fernandes (2002, p.114-115), a avaliação “implica em um debate ético e político sobre os meios e os fins da educação. Assim, ela poderá ser um instrumento poderoso no processo de reconstrução da educação brasileira”. É importante que a escola avalie o seu trabalho como um todo, desde os estudantes, passando pelos pais, comunidade, desempenho dos professores.

São itens a serem considerados no processo de avaliação da instituição:

- A forma participativa de construção do Projeto Político Pedagógico-PPP, do Regimento Escolar, bem a forma com que as decisões são tomadas;
- Atuação dos órgãos colegiados como conselho de escola, grêmios estudantis, Associação pais professores e funcionários, o relacionamento e a integração com a comunidade;
- Proposta Curricular;
- Aprendizagem dos estudantes;
- Metodologias de ensino
- Planejamentos;
- Organização do espaço e tempo escolares;
- Processos de inclusão;
- Valorização do professor na escola;
- Recursos físicos e financeiros, entre outros.

3. METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas bibliográficas. Leituras para aprofundamento teórico para embasamento do artigo.

As fontes bibliográficas usadas são confiáveis, são de autores que já pesquisaram e publicaram sobre o mesmo assunto. E foram obtidas a partir de trabalhos de outros pesquisadores; a pesquisa em dados secundários feita em livros científicos, teses, dissertações, monografias, periódicos científicos, sites.

Segundo FACHIN :

O Capítulo 7 destina-se à pesquisa bibliográfica. É uma atividade intelectual que permite ao pesquisador o levantamento das obras de seu interesse. As informações poderão ser adquiridas por fontes primárias ou secundária ou, ainda, por intermédio de material disposto no computador. Seja qual for é um procedimento que exige do pesquisador os métodos racionais de forma reflexiva e sistemática. Tal pesquisa pode ser realizada independentemente ou como suporte para o desenvolvimento de outros tipos de pesquisas. Contudo, deve-se seguir um planejamento que se desenvolva por meio de várias fases. (FACHIN, 2006, p. 116-118).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a gestão da escola, no contexto da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico-PPP é um processo compartilhado, é expressão prática educativa, que atenda à democracia e a sociedade é, eminentemente, mediação, não tem um fim em si mesmo. O administrativo é, por excelência, pedagógico em uma visão da administração da educação nas instituições públicas e privadas. Os desafios, o perfil do gestor escolar, as tendências antagônicas no ambiente da educação, a elaboração e as interligações do PPP é determinado, em sua estrutura, pela visão que a escola tem de sua função, enquanto a função da escola é determinada pela compreensão que ela tem de educação, de pessoa humana e de sociedade.

Análises realizadas neste artigo, que as políticas públicas e educacionais oficializam a descentralização da gestão escolar, abrindo caminho a participação da comunidade. Assim todos os envolvidos no processo educacional devem desempenhar seu papel como sujeitos politicamente organizados. Podendo assumir as funções de dirigentes, articuladores, mediadores e interlocutores nos diversos segmentos da comunidade escolar. Visão política tanto no papel de liderança do gestor quanto nos planejamentos e execuções necessárias na busca por uma escola de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. B. de; LIMA, M. C. M. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos científicos**: artigo científico. Campos dos Goytacazes: Fundação Benedito Pereira Nunes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6022**: informação e documentação: apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2002.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira- **Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil**-Curitiba: Intersaberes,2012.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros- **Gestão Escolar e Inovação: reflexões sobre avaliação, o currículo e a docência** – Curitiba, Editora Melo, 2010.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações Técnico–Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, L. A. de. **A importância da revisão de texto nos trabalhos acadêmicos**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-revisao-de-texto-nos-trabalhos-Academicos/58385/>>. Acesso em 31 jan. 2012.

FREITAS, de Jesus, Osvaldo, DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP - **Ao Planejamento Estratégico Escolar - PEE** - Revista de Gestão e Avaliação Educacional <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/download/17081/pdf>

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **ISSN**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

KLIPPEL, Sandra Regina; WITTMANN,L.C. **A Prática da Gestão democrática no ambiente escolar** -Curitiba: Intersaberes.2012

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MAIA, Benjamin Perez; COSTA, M.T.de Andrade. **Os Desafios e as superações na construção do projeto político pedagógico**. Curitiba:Intersaberes.2013.

MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 309-317, 1994.

SANTOS, G. do R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. D. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpex, 2008.

PPGTU – PUCPR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Instruções para autores. Disponível em: <http://www.pucpr.br/curso/s/programas/ppgtu/urbe_instrucoes_autores.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

RODRIGUES, S. B. **Artigos em eventos científicos sobre o ensino religioso no período de 1995 a 2010**. 125 f. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – UEA. **Artigo científico**. Disponível em: <www2.uea.edu.br/data/noticias/download/14487-1.doc>. Acesso em: 31 jan. 2012.